

Rodovia dará a consórcio lucro de até 453 milhões

A privatização, por meio de concessão, da primeira etapa da Rodovia do Sol, trecho que liga Vila Velha a Meaípe, incluindo a Terceira Ponte, renderá à empresa ou consórcio concessionário um lucro líquido máximo de R\$ 453,2 milhões em um prazo de 25 anos. O montante representa um valor presente líquido (VPL) calculado com base em uma taxa de juros anual de 12% de R\$ 59,3 milhões.

A informação foi dada ontem pelo subsecretário de Estado dos Transportes, Edivaldo Assis, durante a audiência pública realizada no auditório do Edifício Fábio Ruschi. A reunião foi convocada pela Secretaria dos Transportes e o Conselho Executivo para a Reforma do Estado para debater a proposta do projeto de edital de licitação elaborado pelo Governo. Participaram da audiência 25 representantes de empresas interessadas em

participar da licitação, lideranças comunitárias e políticas.

Pedágio

Assis explicou que o lucro líquido previsto tem como base um valor máximo inicial para o pedágio de R\$ 1,00 para a Terceira Ponte e zero para a Rodovia. Após a primeira etapa das obras, que deverá estar concluída em 18 meses, o pedágio da Ponte passará para R\$ 1,10 e o da Rodovia, para R\$ 2,50. Os preços serão reajustados anualmente com base no Índice Geral de Preços Médio (IGPM) calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Pelo edital divulgado ontem, a concessionária terá uma receita bruta máxima de R\$ 1,26 bilhão em um prazo de 25 anos, representando um VPL de 301,1 milhões. Subtraindo as despesas com custos operacionais (R\$ 287 milhões), impostos (R\$ 287 milhões), direito de con-

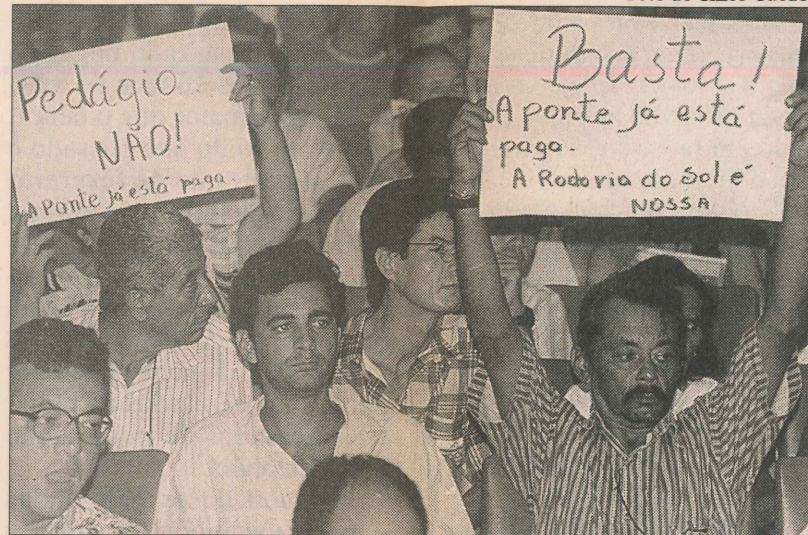


Foto de Chico Guedes

Manifestantes portaram cartazes na audiência pública no Ed. Fábio Ruschi

cessão (R\$ 101,5 milhões – taxa mínima de 8% da receita bruta do pedágio a ser paga ao Governo estadual), investimentos (R\$ 90 milhões) e juros (R\$ 40,1 milhões), a receita com a concessão atinge os R\$ 453 milhões no prazo da concessão (25 anos)

ou o VPL de R\$ 59,3 milhões.

A concessionária terá que participar com um capital próprio de R\$ 13,9 milhões (VPL de R\$ 11,6 milhões) e de capital financiado de R\$ 55,7 milhões (VPL de R\$ 46,4 milhões). A relação entre o lucro líquido e

receita bruta é da ordem de 35,70% em 25 anos ou 19,7% em VPL. No prazo em que vigorar o contrato de concessão a empresa deverá ter um custo total de R\$ 193 milhões gastos com a operação da rodovia, administração e conservação.

Os números estão sendo calculados com base na arrecadação da praça do pedágio da Terceira Ponte e de uma segunda praça prevista para ser instalada no trecho entre o bairro Terra Vermelha e Ponta da Fruta. No projeto do Governo, Ponta da Fruta será o único bairro do município de Vila Velha prejudicado com a cobrança do pedágio da Rodovia do Sol.

Perda

Assis explicou que o local foi incluído porque caso contrário representaria uma perda de receita significativa para a futura concessionária. O subsecretário

não soube precisar o montante da redução de receita, dizendo apenas que os estudos realizados na Secretaria de Transportes indicam que a não-inclusão da Ponta da Fruta levaria ou ao aumento do valor previsto para o pedágio ou à extensão do período de concessão.

Pela previsão do Governo, o edital de licitação será lançado no dia 12 de março. As empresas interessadas terão 60 dias para apresentarem suas propostas que serão abertas no dia 15 de maio. O processo de licitação será encerrado no dia 13 de julho e a previsão é de que o contrato seja assinado naquele mês ou em agosto porque a empresa vencedora terá ainda que garantir a parte de financiamento exigido para a realização das obras. Assis acredita que no máximo, em setembro, a Rodovia estará completamente nas mãos do concessionário.